

O sentido da ação direta

Eduardo Colombo

A greve ou é uma revolta ou uma enganação.

La Revolté, 1887

Ação direta está enraizada profundamente no solo da ajuda mútua. A solidariedade é a base da organização operária; é coletivamente que os explorados podem se libertar e, ao unir suas forças, acabam por impor aos poderosos suas reivindicações: uma sociedade livre e justa, a abolição do salário, o nivelamento das hierarquias e das fortunas.

Entre a realidade da exploração cotidiana e a aspiração a uma transformação radical da sociedade, há muito espaço para a organização e a luta. O último século, apesar de revoltas e revoluções, viu surgir, em sua segunda metade, até se tornar hegemônico, um sindicalismo reformista de colaboração entre classes, que exige o arbítrio do Estado e a intervenção da representação parlamentar, sempre pronta para estabelecer ou não cumprir uma lei; um sindicalismo integrado ao regime estabelecido.

Ao se esquecer da ação direta, o movimento operário de hoje se encontra travado pelos ferros do legalismo, impotente após deixar nas mãos de uma burocracia de representações sindicais a direção da luta, condenado a greves corporativas e manifestações simbólicas, oferecendo um medíocre contraponto à classe dominante. Esse sindicalismo rejeita e até mesmo reprime o sentido profundo implícito

à reivindicação ou à revolta dos explorados: a transformação radical da sociedade.

Outras modalidades de ação social, econômica e política começaram a surgir desde os primeiros passos do proletariado militante, modalidades que priorizavam o federalismo e a autonomia das organizações de classe fundadas sob a consciência que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”¹. A ação direta, assim, se tornou logo a alma do ramo antiautoritário da Primeira Internacional, para depois se consolidar no sindicalismo revolucionário e no anarquismo.

Ainda e sempre permanece aberto um caminho para os explorados – segundo Bakunin –, “o de (sua) *emancipação pela prática*. O que pode e deve ser essa prática? Somente uma: a luta solidária dos operários contra os patrões”².

A ideia e a prática da ação direta foram elaboradas no conflito que percorreu sub-repticiamente à Internacio-

nal desde sua fundação, na reunião de St. Martin’s Hall, em setembro de 1864, até a Conferência de Londres, de setembro de 1871.

Quando Karl Marx redige os Estatutos Provisórios (*Provisional Rules*) no fim de outubro de 1864, a questão conflitante passou despercebida, mas ela estava destinada a se ampliar até produzir a cisão da Internacional. Marx estava bastante satisfeito com sua intervenção naquele outono londrino, e, em 4 de novembro, ele escreve uma longa carta a Engels dizendo que todas suas proposições foram aceitas pelo subcomitê encarregado de redigir os estatutos, mas que se sentiu obrigado a incluir somente algumas frases sobre “direitos” e “deveres” e também sobre “moral e justiça” a pedido dos franceses. De qualquer modo, ele afirma, elas foram colocadas de tal maneira que não possam prejudicar o conteúdo do texto³.

O verdadeiro motor operário, no entanto, que fez arrancar a Internacional se encontrava nas oficinas de Paris, e os companheiros que vão à reunião de St. Martin’s Hall, Henri Toulain, ferreiro, Perrachon e A. Limousin, tecelão, já tinham em mente seu projeto de associação internacional.

1 Primeiro princípio do *Preâmbulo aos estatutos da Internacional*, adotado pelo primeiro Congresso Geral da AIT (Genebra, 1866).

2 *L’Égalité*, n. 30, 14 de agosto de 1869. Ver os artigos de Mikhail Bakunin sobre “a política da Internacional”, em *Le socialisme libertaire*, textos organizados por Fernand Rude (Paris: Denoël, 1973). (N.T.: No Brasil, esse artigo pode ser lido no seguinte volume: *Os Enganadores; A Política da Internacional; Aonde Ir e o que fazer*, Editora Imaginário, 2008.)

3 Carta a Engels, 4 de novembro de 1864. Essa carta termina com um elogio a Bakunin, que, de passagem em Londres, na véspera, visitou Marx antes de partir para a Itália para combater Mazzini.

A pena de Marx firmará no Preâmbulo as grandes ideias que Toulain havia desenvolvido em seu discurso⁴.

Lê-se nos princípios desse *Preâmbulo aos Estatutos Provisórios*⁵:

Que a submissão econômica do trabalhador aos detentores dos meios de produção, ou seja, as fontes da vida, é a causa primeira de sua servidão política, moral, material (*of servitude in all its forms, of all social misery, mental degradation, and political dependence*);

Que a emancipação econômica dos trabalhadores é consequentemente o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio (*as a means*).

O texto original inglês foi traduzido rapidamente para o francês em Paris “por um amigo de confiança” (janeiro de 1865). Mas a frase sobre a ação política abriu espaço para diferentes interpretações: para militantes operários ingleses e sobretudo franceses e suíços, a subordinação da política à emancipação econômica significava, talvez ainda

4 Ver Edouard Dolléans, *Histoire du mouvement ouvrier*, em três tomos (1836 a 1953). Tomo I: 1830 a 1871, sexta parte: *La première Internacional*. Paris: Armand Colin, 1948.

5 Ver James Guillaume, *L'Internationale*, vol. I. Genève: Grounaer, 1980, p. 9-13. (N.T.: No Brasil, há tradução desse livro sob o título de *A Internacional*, lançada pela Editora Imaginário, em 2009.)

de maneira confusa, que a organização operária exercia ela mesma a ação política sem delegá-la a um partido político, sempre acessível aos burgueses, a uma tomada prévia do poder. Essa posição sobre a política da Internacional que será defendida por Bakunin nas páginas de *L'Égalité*, em 1869.

Sem dúvida, Marx a interpretou como uma afirmação da indispensável organização da classe operária em partido político como meio necessário para a conquista do poder político.

A tradução francesa ajudará na confusão, afinal – provavelmente sem intenção política precisa ou em função do clima ideológico que reinava em Paris – o texto, mais conciso, modifica ou suprime algumas palavras, o que leva à seguinte formulação:

Que a submissão do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material;

Que, por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande fim ao qual deve estar subordinado todo movimento político.

A expressão “como meio” desapareceu. Sem dúvidas, a versão francesa dá ênfase sobre a natureza dependente de todo movimento especificamente político em relação à emancipação da classe explorada.

Devido a essa leitura, Marx ficou

contrariado, provavelmente até irritado, e, como diz G.D.H. Cole em sua história do pensamento socialista⁶, vai acusar os “anarquistas” de tê-lo feito de propósito com a intenção de desviar a Internacional de sua finalidade. Mas, quando os Estatutos Provisórios foram modificados e aprovados pelo Congresso de Genebra, em 1866, os Considerações foram votadas também em sua versão francesa. James Guillaume escreveu sobre essa questão: “devo dizer que, quanto a meus amigos das Seções suíças e eu mesmo, nós não sabíamos até 1870 ou 1871 que a versão inglesa das Considerações diferia, em alguns pontos, da versão francesa”⁷.

As resoluções da Conferência de Londres, que aconteceu nos dias seguintes à Comuna, não deixam qualquer espaço para concepções divergentes sobre a forma da ação política e, além disso, menosprezam a autonomia das federações⁸. Para muitos daqueles que pertenciam à tendência federalista e antiautoritária – e que tinham sido maioria no congresso de Basileia

6 G.D.H. Cole, *Historia del pensamiento socialista*. Vol. II: Marxismo y anarquismo. México: 1958, p. 102.

7 James Guillaume, *op. cit.*, p. 11.

8 Sobre a falta de representatividade e a composição da Conferência de Londres, ver *Mémoire de la Fédération Jurassienne*, in: James Guillaume, *L'Internationale*, *op. cit.*, vol. I, p. 192, e o discurso de Anselmo Lorenzo em *El Proletariado Militante*.

(1869) em relação a duas minorias, proudhoniana e marxista –, a resolução que impunha a todos a opinião de Marx e Engels, os quais afirmavam que os estatutos de 1864 implicavam na necessidade da ação política e da adoção do princípio da conquista prévia do poder, foi encarada como um verdadeiro golpe de Estado. O que não estava muito longe do espírito do próprio Marx: ele “escreve em Bolte, em 22 de novembro de 1871, que o Conselho geral tinha ‘finalmente aplicado o golpe preparado há tempos”⁹.

A resolução IX sobre “a ação política da classe operária” diz em sua parte central¹⁰:

Considerando além disso:

Que, contra o poder coletivo das classes dominantes, o proletariado não pode agir como classe se não se constituir como partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes dominantes...

Cerca de um ano depois, quando se reúne o quinto congresso da Internacional em Haia (2-7 setembro de 1872), o conflito entre as duas tendências é aberto. Marx não tolera mais a influência crescente de Bakunin e a

9 Citado por Arthur Lehning, *De Buonarroti à Bakounine*. Paris: 1977, p. 280.

10 Ver James Guillaume, *op. cit.*, vol. I, p. 202-203

importância que adquirem as ideias federalistas e antiestatistas no seio da organização internacional dos trabalhadores¹¹. Assim, esse quinto congresso, inteiramente manipulado pelo Conselho Geral, terá a tarefa de impor à Internacional as resoluções da Conferência de Londres¹².

11 Carta de Bakunin a Anselmo Lorenzo (maio de 1872): “Desde 1868, época de minha entrada na Internacional, eu iniciei em Genebra uma cruzada contra o princípio da autoridade e preguei a abolição dos Estados, envolvendo na mesma maldição essa autoproclamada ditadura revolucionária que os jacobinos da Internacional, os discípulos de Marx, nos recomendam como um meio provisório, absolutamente necessário, afirmam eles, para a consolidação e a organização da vitória do povo. Sempre pensei e penso que tal ditadura, ressurreição inesperada do Estado, não pode ter outro efeito que não seja o de matar a vitalidade e o poder realmente populares da revolução. Estes são os princípios que propaguei. No Congresso de Basileia, tivemos uma vitória que poderia se dizer completa, não somente sobre os proudhonianos doutrinários e pacíficos, os individualistas ou os socialistas-burgueses de Paris, mas também sobre os comunistas autoritários da escola de Marx. Isso que Marx nunca pode nos perdoar, porque, logo após o Congresso, ele e os seus começaram uma guerra contra nós que tende a nada além de nossa destruição completa.” In: A. Lehning, *op. cit.*, p. 277. (N.T.: Essa carta, junto com outros textos de autoria de Bakunin, está presente na edição dos *Escritos contra Marx*, publicada pela Editora Imaginário, 2014.)

12 O congresso vota também pela expulsão de Bakunin e Guillaume. A minoria subscreve uma declaração de defesa da autonomia das federações. As federações jurassiana e espanhola, bem como outros delegados faziam parte da minoria. A federação italiana se recusa a enviar delegados. Nos meses seguintes, em seus congressos nacionais, as seções inglesa, belga e holandesa rejeitam as conclusões de La Haye e se voltam

Na sessão de 6 de setembro, foi proposto, como estava na ordem do dia, inserir “a resolução IX” nos Estatutos Gerais. A maioria circunstancial do congresso aprovou a moção modificando a parte final como se segue¹³:

Os senhores da terra e do capital se servem sempre de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos e sujeitar o trabalho; *a conquista do poder político* se torna, então, o grande dever do proletariado.

Os internacionalistas antiautoritários, chamados de anarquistas, considerando-se os continuadores do espírito fundador da Internacional, se reúnem imediatamente em Zurique e se dirigem a Saint-Imier, onde, em 15 de setembro, se reúne o Congresso Internacional por iniciativa dos italianos. Os delegados que se encontram no Congresso de Saint-Imier (15-16 de setembro de 1872) são da Federação Espanhola, vindos de Haia: Farga Pellicer, Alerini, Morago e Marselau; os membros da Federação Italiana: Caffero, que estava em Haia como indivíduo, e outros que se encontravam em Zurique: Malatesta, Bakunin, Costa, Nabruzzi e Fanelli; aqueles nomeados

para a declaração da minoria, que se torna, assim, maioria da Associação Internacional dos Trabalhadores.

13 James Guillaume, *op. cit.*, vol. I, p. 540.

pela Federação Jurassiana: Guillaume e Schwitzguébel, mais dois delegados de outras seções proibidas de existir na França, além de uma delegação das seções norte-americanas¹⁴.

A primeira resolução do Congresso foi a defesa da autonomia das Federações e das seções, adotada por unanimidade. Autonomia que se exprime diante das pretensões autoritários e jacobinas de não se sabe qual Conselho Geral e que deve ser reconhecida também em relação aos Congressos destinados a trocar e harmonizar, se possível, as posições, “mas sob qualquer hipótese a maioria de um Congresso qualquer não poderá impor suas resoluções sobre uma minoria”.

A terceira resolução, “Natureza da ação política do proletariado”, indo contra a resolução de Haia:

O Congresso reunido em Saint-Imier declara:

- 1o – Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado;
- 2o – Que a organização de um poder político que se diga provisório e revolucionário para acelerar tal destruição não passa de um engano e será tão perigoso para o proletariado quanto todos os go-

vernos existentes de hoje;

3o – Que, retomando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária.

Essa declaração é que funda, ou que institui, o ramo antiautoritário da Primeira Internacional, e é sobre ele que se desenvolverá internacionalmente o anarquismo social e revolucionário.

Os argumentos contrários àqueles acusados de “abstencionistas” na política repousam sobre um mal entendido ou má fé, porque os antiautoritários nunca negaram a capacidade política da ação operária ou de classe, mas sim combateram a delegação da luta política a uma organização que não seja a organização de classe. Eles se opõem à representação parlamentar e ao compromisso eleitoralista, que estão na natureza de todo partido que ambiciona o “poder político” entendido como um órgão central de governo, ou seja, um Estado. A conquista prévia do poder central enquanto condição necessária para a mudança revolucionária da sociedade e a organização subsequente de um “poder político autoproclamado provisório e revolucionário” são o meio mais certo de se estabelecer uma nova elite, parar a revolução e permanecer no velho mundo. Assim compreende-

14 O congresso seguinte ao ramo antiautoritário (o VI na cronologia da Primeira Internacional) se reunirá em Genebra, em setembro de 1873, com a presença das federações da Espanha, Holanda, Inglaterra, Bélgica, Suíça, França e Itália.

ram os anarquistas uma verdade que a história mostrou sem qualquer pudor.

Sobre esses dois pilares – a inquietante autonomia de decisões tomadas na base, sem chefes nem dirigentes, e sua consequência, a não-delegação da vontade operária a representantes políticos –, constrói-se a noção de *ação direta*.

Além disso, a ação direta não se limita a essas duas proposições, como um método: há alguma coisa em sua ideia, um sopro profundo que a carrega e que é essa consciência espontânea que, por natureza, não concerne à legalidade; há em seu horizonte as luzes da emancipação, a mudança radical da sociedade, a revolução social.

Os internacionalistas de Saint-Imier já tinham dito¹⁵: “A greve é para nós um meio precioso de luta, mas não temos qualquer ilusão sobre seus resultados econômicos. Nós a vemos como um produto do antagonismo entre o trabalho e o capital, [e porque ela permite] preparar, por simples lutas econômicas, o proletariado para a grande luta revolucionária e definitiva que, destruindo todo privilégio e toda distinção de classe, dará ao operário o direito de gozar do produto integral de seu trabalho...”

Nessa linha traçada pelas seções antiautoritárias da Primeira Interna-

15 James Guillaume, *op. cit.*, vol. II, p. 9.

cional, virá o reconhecimento da força potencial que se encerra na greve se ela se torna uma ação conjunta e solidária da classe explorada, que será justamente a concretização da ação direta: a *greve geral*¹⁶. Adhémar Schwitzguébel, “precursor do sindicalismo revolucionário”, como o nomeou Guillaume, escreveu em 1874: “A ideia de uma greve geral dos trabalhadores, que acabará com as misérias que lhes ocorrem, começa a ser seriamente discutida pelas associações operárias”¹⁷. Na França, quando o movimento operário começa a se reorganizar depois da feroz repressão que se segue à Comuna, diversos congressos votaram pelo princípio da greve geral, às vezes ao mesmo tempo que o recurso ao parlamento, sem chegar a tirá-la de seus mentores políticos.

Em 1884, uma lei outorga aos trabalhadores o direito de se organizar em sindicatos e cria também a obrigação de declarar isso à polícia, o que não é

16 A ideia de greve geral encontra seus antecedentes nas primeiras organizações corporativas do proletariado industrial inglês, que, em 1834, tenta por esse meio, sem qualquer intervenção parlamentar, impor as 8 horas de trabalho nas usinas. Os cartistas defenderão o socialismo operário, o internacionalismo de classe e a greve geral. Ver Édouard Dolléans, *op. cit.*, tomo I: 1830 a 1871.

17 Relato do V Congresso da Federação dos Operários Gravuristas e Guillocheurs, ocorrido em La Chaux-de-Fonds, em 17, 18 e 19 de maio (1874). Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France. Des origines à 1914*. Paris: F. Maspero, 1975, vol. 1, p. 281-282.

bem aceito por todos¹⁸. Os socialistas, partidários da organização política, se esforçam para federar os grupos corporativos sob dependência do partido. Assim, a partir do congresso de Lyon, em 1886, a Federação dos Sindicatos Operários da França estará estreitamente ligada ao Partido Operário de Jules Guesde, mesmo que se expressem tendências libertárias e antiparlamentares, como no congresso de Bordeaux-Le Bouscat (1888), no qual se vota a seguinte resolução: “Considerando que a greve parcial só pode ser um meio de agitação e organização, o Congresso declara: Que somente a greve geral, ou seja, a cessação completa do trabalho, ou a Revolução podem levar os trabalhadores para sua emancipação”.

O Congresso de Marselha, em 1892, ainda vê a maioria dos delegados permanecer fiel à concepção marxista da tomada do poder do Estado, como afirma Maitron¹⁹.

Entretanto, acontecem as greves pelas 8 horas de trabalho nos Estados Unidos, e os anarquistas do mundo inteiro farão dos Mártires de Chicago e

do Primeiro de Maio um símbolo do confronto sem concessões com a burguesia. A agitação e as greves pelas 8 horas darão um impulso crescente a todos que defendem a ação direta. A partir de 1886, Joseph Tortelier, do sindicato dos carpinteiros, se esforça sem repouso para fazer os trabalhadores entenderem a necessidade de recorrer à greve simultânea de todos e de todos os ofícios, e Fernand Pelloutier, pegando o bastão, dará toda uma amplidão à questão da greve geral. Em fevereiro de 1892, quatorze Bolsas de Trabalho se reúnem em Saint-Étienne, com a finalidade de se federar, e declaram de início sua independência ao afirmar que os trabalhadores devem “rejeitar de modo absoluto toda influência dos poderes administrativos e governamentais”. No Congresso de Paris de 1893, que agrupa os delegados das Bolsas de Trabalho e das câmaras sindicais, o princípio da greve geral foi adotado por unanimidade menos um voto.

Jules Guesde, que tinha sido anarquista à época do congresso de Haia, não ignora a gravidade do problema colocado pela “greve geral” ao socialismo parlamentar e aos marxistas, sendo que ela tira da representação política qualquer função e implica a renúncia da luta pela conquista prévia do poder central.

O sexto congresso da Federação Nacional dos Sindicatos se reúne em

18 Dois anos mais tarde, o Congresso Operário de Lyon, com a aprovação do próprio Guesde, apesar da atração guesdista pela lei (Jules Guesde apresenta na Câmara dos Deputados, em 1894, um projeto de lei para organizar o direito de greve), condena a lei de 1884 por 74 votos contra 29 e 7 abstenções. Ver Édouard Dolléans, *op. cit.*, tomo II, 1871-1920.

19 Jean Maitron, *op. cit.*, p. 286.

Nantes (dezembro de 1894). Pelloutier participa como secretário adjunto da Federação das Bolsas de Trabalho. Os militantes sindicalistas estão resolutos a reivindicar sua autonomia e romper os laços de dependência com os partidos. Vota-se uma moção que diz: “(Considerando) que o último meio revolucionário é a greve geral”, o Congresso “decide: há de se providenciar imediatamente a organização da greve geral”. O resultado da votação é de 65 para 37 contra e 9 abstenções. A ruptura é consagrada, e os guesdistas abandonam o local. O caminho está aberto para a ação dos anarquistas para o sindicalismo revolucionário.

No nível internacional, o Congresso de Londres (1896) da Internacional socialista (Segunda Internacional), seguindo discussões ocorridas nos primeiros congressos de Paris e Bruxelas, num clima muito tenso, decide que somente seriam convidadas no futuro as “organizações puramente corporativas que, mesmo sem uma política militante, declarem reconhecer a necessidade da ação legislativa e parlamentar”. E é acrescentado de modo explícito: “Por consequência, os anarquistas serão excluídos”²⁰.

20 Do lado anarquista, estavam presentes: Élisée Reclus, Piotr Kropotkin, Errico Malatesta, Pietro Gori, Louise Michel, Domela Nieuwenhuis, Gustav Landauer, Joseph Tortelier, Christian Cornelissen, Fernand Pelloutier, Paul Delesalle, etc.

Mais uma vez, como em 1872, a exclusão ou, ainda, a cesura entre socialistas autoritários e anarquistas não foi negativa para os antiautoritários. Os anos que se seguem serão o período da formação e da consolidação, em diferentes países, das associações de trabalhadores centradas na ação direta e na autonomia das federações²¹. A luta cotidiana dos trabalhadores para se desfazer da exploração e da miséria será feita pela dicotomia entre o recurso à greve parcial, a petição às autoridades, a ação legislativa e a prática parlamentar de um lado, e de outro a ação direta, a força da organização coletiva, a sabotagem, a “ginástica revolucionária”.

21 A CGT francesa se torna uma força, e os anarquistas darão sua contribuição à Carta de Amiens (1906) e à formulação do sindicalismo revolucionário. Na Argentina, a FORA adotará sua posição “definitiva” em 1905; no mesmo ano, nasce a IWW (Industrial Workers of the World) nos Estados Unidos, e o movimento renasce na Espanha com a Solidaridad Obrera, em 1907. Na Alemanha, a FVDG (Associação Livre dos Sindicatos Alemães) se situa na origem do sindicalismo revolucionário antes da guerra de 14, e depois, em 1919, se assumirá como FAUD (Freie Arbeiter Union Deutschland). Na Itália, o Comitato di Azione Diretta, antecedente da USI, é criado em 1907. Uma história especial será necessária para falar das federações antiautoritárias em cada região do globo: Peru, México, Chile, Uruguai, Japão, Rússia em 1905, e em 1917-1922, Suécia, Países Baixos, etc. Ver *De l'histoire du mouvement ouvrier révolutionnaire*. Paris: ed. CNT-RP/Nautilus, 2001. (N.T.: O livro foi traduzido para o português e publicado, com uma versão ampliada, sob o título de *História do movimento operário revolucionário*, Editora Imaginário, 2004.)

Duas atitudes, duas mentalidades, pode-se dizer, nascem dessa dicotomia. Assim, se se confronta os poderosos, o tom será duro e vitorioso, mas se se pede aos poderes públicos uma melhora das condições de trabalho ou salário, isso se fará sob as formas e as convenções que as normas exigem. A título de exemplo dentre os milhares, na Espanha, durante as greves do 1º de maio de 1890, o manifesto anarquista do grupo *Los Desheredados* acentua: “A liberdade não se pede, se toma... A jornada de oito horas, não a teremos por manifestações pacíficas e inúteis e servis petições; nós a teremos ao nos impor, e a imposição está na greve.” Em resposta, o jornal socialista *El eco de los obreros toneleiros* (1890) expressa o desejo dos operários toneleiros ao escrever²²: “Tendo fielmente a palavra engajada diante das autoridades muito dignas, diante do público e da nossa humilde classe, de não nos misturar à greve geral, o fato de que nenhum de nossos camaradas de trabalho tenha sofrido ao menos repressão da parte dos responsáveis da ordem pública dá uma ideia de nossa sagacidade...”

Em outros lugares do mundo, a mesma diferença de tática e atitude correspondente mantém a querela infecciosa entre anarquistas e socialistas

22 Ver Juan Alvarez Junco, *La ideologia política del anarquismo español* (1868-1910). Madrid: Siglo XXI, p. 552-553.

em meio à classe operária. Em 1901, depois de longos esforços para acabar com as atribulações do diálogo, o congresso de fundação da Federação Operária Argentina (FOA) ocorre em Buenos Aires. A primeira resolução tomada por unanimidade afirma que a Federação “não tem ligação de qualquer tipo nem com o partido socialista, nem com o anarquista, bem com qualquer outro partido político, e que sua organização, seu desenvolvimento e seu campo de atuação são totalmente independentes e autônomos”.

Depois dessa declaração de princípios, as divergências entre as vias legalista e revolucionária surgem apesar das concessões mútuas entre os dois campos. A primeira discussão séria trata da arbitragem. A ação direta era, pode-se dizer, uma “profissão de fé” para os anarquistas, como a arbitragem era para os socialistas. O relator da moção foi Inglan Lafarga²³, um anarquista que deu ao congresso um voto desfavorável. Mas a intervenção de Pietro Gori²⁴,

23 Gregorio Inglan Lafarga (?-1929), carpinteiro e jornalista anarquista. Nascido na Catalunha, emigra para a Argentina. Em 1897, torna-se o primeiro diretor de *La Protesta Humana* (jornal que tomará o nome de *La Protesta* e se tornará diário a partir de 1904). É delegado pelos ferroviários de Rosario no congresso de fundação da FOA.

24 Pietro Gori, anarquista muito ativo, era advogado. Nascido em Messina (Itália), em 14 de agosto de 1865, ele se exila, em 1894, para escapar da repressão, mas retorna à Itália, em 1898, para

seu prestígio internacional e seus talentos de orador permitem a adoção de uma moção de compromisso: a FOA “permite em certos casos a resolução de conflitos econômicos entre o capital e o trabalho pelo julgamento arbitral, aceitando como árbitros apenas pessoas que apresentem garantias de respeito para o interesse dos trabalhadores” (21 votos a favor, 17 contra e 4 abstenções). Os jornais anarquistas *El Rebelde* e *La Protesta Humana* enchem suas colunas de artigos rejeitando a intervenção de Gori, que se viu obrigado a se explicar e esclarecer sua posição.

É então a vez dos socialistas mostrarem compreensão e limitar suas críticas à greve geral. A resolução do congresso “reconhece que a greve geral deve ser a arma suprema na luta econômica entre o capital e o trabalho”, satisfazendo assim os anarquistas, mas ela acrescen-

defender Malatesta e outros processados após a greve geral de janeiro, em Ancona, seguindo-se aos levantes de Milão, nos quais a armada atira na multidão. A repressão foi feroz. Pietro Gori é condenado a 21 anos de prisão. Ele se exila, então, em Buenos Aires, onde ele continua sua atividade militante e se afirma como delegado dos ferroviários de Rosario, com G. Ingran, no congresso formador da Federação Operária Argentina (FOA), que dará lugar em 1904 à FORA (Federação Operária Regional Argentina). Durante sua estada, ele dirige a revista *Criminología moderna*. Em 1902, Gori volta à Europa e cria em Roma, em 1903, com Luigi Fabbri, a revista anarquista *Il Pensiero*. Escreve poesia, peças de teatro, etc., e é autor da conhecida canção “Addio Lugano bella”. Morre com 46 anos, em 8 de janeiro de 1911.

ta ainda um pequeno bemol: é preciso que essa arma seja utilizada “quando a oportunidade de a promover com probabilidade de vencer seja demonstrada”. É um complemento pedido pelos socialistas e que os anarquistas consideraram como uma simples declaração de bom senso. A imprensa socialista combaterá com vigor as razões que levaram os delegados socialistas a aceitar essa concessão às posições anarquistas.

No mesmo espírito, o Congresso aprova como tática de luta o *boicote*, proposição defendida pelo socialista Francisco Cuneo, e a *sabotagem*, apoiada pelo anarquista Ingran.

O frágil entendimento desse curto período não é duradouro. No ano seguinte, o segundo congresso da Federação Operária (junho de 1902) presenciará a saída da minoria socialista, abrindo espaço para uma forte maioria anarquista que, nos congressos seguintes, firmará na organização operária a prática exclusiva da ação direta e a defesa selvagem desse método ao longo de toda sua existência²⁵.

Nessa mesma época, consolida-se na França a tendência a uma síntese ideológica elaborada essencialmente, como diz Maitron, dentro do Comitê Confederal da CGT, e que reúne anarquistas, allemanistas²⁶, marxistas e

25 *De l'histoire du mouvement ouvrier révolutionnaire*, op. cit., p. 91-94.

26 Seguidores de Jean Allemane (1843-

blanquistas sob relativo compromisso representado pela doutrina do sindicalismo revolucionário. O Congresso Anarquista de Amsterdam, em 1907, um ano após a Carta de Amiens, deixa claras as diferenças entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, mas, “durante o período de 1894-1902”²⁷, muitos militantes operários na França identificam os dois “rótulos”, considerando que a ação anarquista nos sindicatos tinha insuflado no sindicalismo revolucionário a ideia que a luta contra o capital e o Estado era o foco, que ela deveria levar à abolição dos salários e à mudança radical da sociedade. E o anarquismo tinha também firmado a convicção que o caminho da revolução passava pelo combate da classe operária organizada: a ação direta e a greve geral. Um verdadeiro manifesto dessa posição é o texto publicado por Émile Pouget, em 1904, *L'action directe* (“Ação direta”), ação que ele define como “a expressão simbólica da revolta operária. A ação direta é a força operária em trabalho criador”.

Outras figuras da ação direta

Em paralelo do sentido primário, construído sobre a experiência histórica do proletariado militante, outras

1935), sindicalista e político socialista francês. (N.T.)

27 Jean Maitron, *op. cit.*, p. 322.

formas do agir dos revoltados em situações diversas foram assimiladas à ação direta.

Ainda em 1876, logo após o congresso de Berna²⁸, os delegados federais Errico Malatesta e Carlo Cafiero enviam uma carta ao *Boletim da Federação Jurassiana* declarando que “a federação italiana acredita que o feito insurrecional, destinado a afirmar por atos os princípios socialistas, é o meio de propaganda mais eficaz”²⁹. Juntando o feito à palavra, movidos pelos mesmos alertas de Pisacane³⁰ em relação aos doutrinários, os internacionalistas buscam incitar a insurreição popular nas vilas do Benevento, na Itália (*Banda del Matese*, março de 1877). Assim nasce uma concepção da ação chamada “propaganda pelo feito” que, derivando uma quinzena de anos depois o ato individual, deixará uma marca persistente no imaginário coletivo ao relacionar, com o *pathos* do sangue despejado e do sacrifício assumido, “o anarquista e a bomba”. Transformada em clichê, essa imagem

28 Oitavo Congresso Geral da Internacional, ocorrido em Berna (26-29 de outubro de 1876).

29 *Bulletin de la Fédération jurassienne*, núm. 3 de dezembro de 1876.

30 Carlo Pisacane (1818-1857) reivindica em seu *Testamento*, muito conhecido pelos internacionalistas, os atos que fazem “uma propaganda mais eficaz que mil volumes escritos pelos doutrinários”. Ver Pier Carlo Masini, *Storia degli anarchici italiani*. Milano: Rizzoli, 1968, p. 109.

será constantemente repetida e estimulada pela imprensa burguesa, deixando sob a sombra as profundas diferenças que existem entre uma ação destinada a suscitar a insurreição, o tiranicídio e o atentado às cegas.

Quando, em 14 de julho de 1881, se reúne em Londres o Congresso Socialista Revolucionário Internacional nos salões do cabaré de Euston Road, a política estava sob alerta. O diretor da polícia de Paris, Andrieux, conseguiu introduzir seu agente secreto, Serreaux ou Spilleux, na delegação francesa composta, entre outros, de Louise Michel e Kropotkin. O governo de São Petersburgo estava especialmente avisado e, após o congresso, realmente apavado pelas “propostas desses descrentes”, propostas que os agentes do czar, em seus relatos, tinham evidentemente “apimentado” no nível das declarações inflamadas do provocador Serreaux, que falava de incêndios, assassinatos e bombas de dinamite.

A atmosfera política da época facilitava os transbordamentos verbais. Quatro meses antes, depois de sete tentativas fracassadas ou desmanteladas, Alexandre II caiu sob as bombas da *Narodnaia Volia* (a Vontade do Povo), no 1 de março de 1881, em São Petersburgo. Os revolucionários detidos como responsáveis do atentado são enforcados em 14 de abril. Entre as vítimas, encontrava-se

Sofia Perovskaia, antiga companheira de Kropotkin. A notícia chega rapidamente a Genebra, onde este vivia, causando-lhe uma grande dor e uma indignação extrema. Kropotkin e sua companheira Sophie se declaram prontos à disposição da *Narodnaia Volia* para trabalhar na Rússia, mas os amigos russos, Stepniak e Tcherkessof, os dissuadem disso ao insistir sobre a importância da presença de Kropotkin em Londres como delegado dos grupos de Lyon no congresso de julho, em especial porque o congresso deveria decidir a refundação da Internacional³¹. Apesar da situação emocional tensa que reinava, o congresso reafirma a autonomia das federações e vota pela criação de um escritório internacional que não terá uma existência real, mas o Congresso de Londres permanecerá na memória por ter aprovado a seguinte resolução:

“Considerando que a AIT reconheceu necessário juntar à propaganda verbal e escrita a propaganda pelo feito (...)”, o congresso declara o voto para que as organizações participantes propaguem pelos atos as ideias revolucionárias “ao sair do terreno legal (...) para dispor nossa ação ao terreno do ilegalismo, que é o único meio que leva à revolução”. É

31 Ver G. Woodcock e I. Avakoumovitch. *Pierre Kropotkine. Le prince anarchiste*. Paris: Calmann-Lévy, 1953, p. 127-130.

necessário, então, “ter recursos para os meios que estejam em conformidade com essa meta.” E, por consequência, “as ciências técnicas e químicas, tendo já rendido resultados à causa revolucionária, estão convocadas a dar outros maiores ainda”, devem ser estudadas e aplicadas³².

Talvez seja a caça aberta pelos nihilistas russos contra o czar que estimulará os espíritos ao carregar consigo essa fascinação pela violência individual, pela química e pela dinamite, que invade as colunas dos jornais e produz efeitos sociais durante o curto período dos atentados anarquistas na França³³. O ato ilegal ou violento desconectado da ação coletiva, do movimento operário ou de um viés insurrecional, encontra rapidamente seus limites. As correntes que nos prendem atravessam o tecido social. Pode-se arrasar a vontade do autocrata, mas não é com bombas que se dinamita uma relação de dominação. No entanto, a “propaganda pelo feito”, denotando uma vontade selvagem de intervir, de mudar o curso das coisas, ligada à insurreição por suas origens, será facilmente identificada com a ação direta.

32 Jean Maitron, *op. cit.*, p. 114.

33 Jean Maitron, *op. cit.*, vol. I: “A era dos atentados (1892-1894)”. Na categoria das ações individuais, é preciso deixar de lado o tiranicídio, que exige outra análise.

Com a passagem do tempo, novas condições para a luta social surgiram, e a relação das forças também se modificou. A partir daí, cada vez mais distante do campo sindical como consequência de sua legalização e da então regulamentação crescente do direito de greve, a ação direta foi entendida mais num sentido amplo, como o feito “de agir por si mesmo”, de não delegar, como um modo de se lutar sem solicitar nada a uma autoridade tutelar.

Assim Voltairine de Cleyre, em uma conferência feita em Chicago, em 1912, ao defender a organização operária e a greve geral, afirma que “assim que a classe operária internacional não se despertar, a guerra social se seguirá”, e ela justifica todas as formas de “ação direta”: a greve, o boicote, o ato individual bem como a bomba de Haymarket. Voltairine de Cleyre iniciou uma crítica do amálgama intencional entre a “ação direta” e os “ataques violentos contra a vida e a propriedade” das pessoas. Não, diz ela, “toda pessoa que reivindicou um direito, sozinha ou com outros, praticou ação direta”. Os IWW utilizam a tática da ação direta, mas todos podem a praticar ao “se recusar a dar recursos para a ação política”³⁴. A ação política é a ação indireta, aquela que apela aos representantes.

É o recurso à ação indireta – mé-

34 Voltairine de Cleyre. *Désespoir et de raison. Écrits d'une insoumise*. Québec: Lux, 2008, p. 138.

todo impotente para acabar com o empecilho da exploração capitalista e da dominação política – que, lentamente mas com certeza, domestica a greve, integra a organização operária ao sistema estabelecido, impõe a colaboração de classes e consolida a submissão tradicional do operário ao patrão, da maioria à elite.

A greve selvagem

Em 25 de agosto de 1884, na França, tendo no mesmo ano sido promulgada a lei que legalizava as organizações sindicais, o ministro do interior Waldeck-Rousseau recomenda aos prefeitos a oferecer auxílio na organização das associações profissionais. Na Alemanha, no ano anterior, Bismarck havia elaborado o primeiro dos grandes sistemas de segurança social obrigatórios. Desde os últimos anos do século XIX e do começo do século XX, os Estados europeus tomam em conta a condição operária ao estabelecer progressivamente leis de proteção e controle. Assim serão aprovadas pelos parlamentos leis capitais relativas aos acidentes de trabalho, à velhice, à doença, à invalidez e ao desemprego. A lei de 1910 sobre a aposentadoria operária e agrícola é votada ao mesmo tempo que começa a redação do Código do Trabalho e Previdência Social; em 1932, será promulgada a lei sobre as alocações fami-

liares, etc. Após a Libertação de Paris, o essencial do sistema chamado “Segurança Social” estará bem estabelecido na França³⁵.

O movimento operário se encontra, então, prisioneiro na rede de um dilema. Ele condena a princípio, com a potência da corrente revolucionária, a tomada de ação pelo Estado sobre a vida cotidiana de cada trabalhador, homem ou mulher, e de seus filhos. Mas, apanhado pela garganta, corroído pelas longas jornadas de trabalho, pelo desemprego e pela miséria, o proletário não pode recusar a melhoria de sua condição não importando de onde venha. Ele deve pagar o preço e trocar o orgulho da revolta pela submissão à mendicância.

No congresso de Amiens, Merrheim³⁶ faz uma intervenção para criticar as leis operárias, denunciadas como formas de arregimentação do sindicalismo. Em 1912, a CGT luta ainda de modo antiparlamentar contra a legislação sobre a segurança social, para a qual ela organizava o boicote. Mas, depois da criação da Internacional Vermelha, a CGT, submissa a Moscou, esquece suas origens e a autonomia das

35 Henri Hatzfeld. *Du paupérisme à la Sécurité Sociale*, 1850-1940. Paris: Armand Colin, 1971.

36 Alphonse Merrheim (1871-1925), ferreiro, sindicalista revolucionário, secretário da Federação do Cobre, membro do Comitê Confederal da CGT.

federações até riscar de seus estatutos, depois de 1968, a abolição dos salários, que lá ainda aparecia. O caminho da lei promovido pela social-democracia leva vantagem, e a luta operária, atolada no pântano da colaboração de classes, perdeu sua finalidade revolucionária. A via parlamentar toma a dianteira em relação à ação direta.

A contradição constitutiva da organização operária revolucionária, imediatista e finalista ao mesmo tempo, manteve a tensão interna que fazia sua força, e essa tensão foi rompida em prol apenas da reivindicação imediata, apenas da “melhoria possível”, do aumento do “poder de compra” – nada que o capitalismo não permita – ao abandonar a busca da abolição do regime de salários, ao desistir da esperança da libertação.

Os internacionalistas sabiam que “a greve é (...) um meio precioso de luta”, mas eles não levavam em conta “seus resultados econômicos”. A ação direta deveria ultrapassar o nível corporativo, suscitar a greve solidária e ir em direção à greve geral. Não se imaginava uma greve geral de 24 ou 48 horas; ela visava a insurreição ou a revolução. O que permitia dizer: “Uma greve é uma revolta ou uma enganação”.

A greve legalizada, regulamentada, domesticada, obriga a ação direta a se refugiar na greve selvagem, nas ocupações de fábricas, no sequestro de patrões, na sabotagem. Por um desses retornos que a história conhece, voltamos aos métodos de origem. Nesses métodos, centrados sobre a ação direta, a esperança de um novo começo pode encontrar resultados.

Eduardo Colombo é filósofo anarquista e faz parte do comitê redator da revista *Refráctions*. Texto originalmente publicado em *Refráctions*, núm. 25 (segundo semestre de 2010), traduzido para o português por Daniel Falkemback.